

ENTREVISTA





Hélder Eterno da Silveira
é Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e presidente do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORPROEX).

ENTREVISTA

Hélder Silveira¹: “Extensão pode colaborar para consolidar uma nova formação”

Por Guilherme Alves²

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), **Hélder Eterno da Silveira** é Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e presidente do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORPROEX). Nesta entrevista ele fala sobre o papel da extensão em uma formação profissional mais humana, a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, e a democratização do acesso à educação.

Primeiro, gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica e como começou sua relação com a Extensão Universitária.

Sou professor por opção e atuei muitos anos na educação básica. Lá, sempre propus a meus alunos projetos que olhassem o entorno das escolas, dialogassem com os moradores e levasse para a sala de aula as reflexões coletivas realizadas. Sempre acreditei que o diálogo é a melhor via para o entendimento e para a construção do conhecimento. Coordenava na escola feiras do conhecimento que traziam a comunidade para interagir com os estudantes e para socializar suas experiências. Considero que minhas primeiras vivências na extensão ocorreram nesse lugar: a escola de educação básica. Ao ingressar na universidade, como professor, me envolvi em projetos de ensino, de pesquisa e de extensão. No ensino, organizava materiais didáticos para os estudantes e atuava em atividades de aperfeiçoamento da aprendizagem. Na pesquisa, logo me envolvi com investigações que tinham na escola pública seu lugar privilegiado de acontecer (aliando a pesquisa à extensão). Na extensão, me envolvi com projetos em comunidades produtoras de doces de compota. A gente trabalhava com as compoteiras para compreender o processo de produção de doces e ajudá-las a melhorar esse processo. O conhecimento da química ajudou a enxergar caminhos de aproveitamento da compota por mais tempo. Noutra ação de extensão, atuei com mulheres que prestavam serviços domésticos. Foi uma rica experiência, pois íamos para uma comunidade oferecer cursos. Eram vários cursos: fabricação de produtos de limpe-

¹ <http://lattes.cnpq.br/9626994578221224>

² <http://lattes.cnpq.br/6236964953654046>

za, segurança na cozinha, combinação alimentar; saúde da mulher; cuidados básicos; higiene; psicologia infantil; direito das empregadas domésticas. No meu caso, eu e algumas estudantes trabalhamos com oficinas de produção de sabão, água sanitária e detergente. Eu aprendi muito com elas. Interessante que fui para ensinar, mas, percebi que a extensão não é uma via de mão única, pois todos aprendemos. Ressignifiquei muito do que eu sabia e minhas estudantes também. A gente passava horas discutindo os relatos delas, tentando compreender o melhor caminho para a fabricação dos produtos e, quando chegava lá, elas nos davam uma verdadeira aula: o diálogo foi se construindo, na medida que percebemos que não há extensão sem troca, sem interação, sem construção coletiva e sem empatia. Isso tudo me seduziu para a extensão. Passei a desenvolver outras ações, com grupos distintos. Trabalhei com a comunidade surda na produção de terminologias química para a Libras; atuei com formação continuada de professores e professoras da educação básica; atuei com educação científica para a população nos ambientes escolares, trabalhei em hortas comunitárias e qualidade da água, dentre outras ações.

Em determinado momento de minha carreira, fui cedido para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), onde fiquei quatro anos e meio. Lá, pude atuar na produção de políticas públicas e programas voltados à extensão universitária, dentre eles, o Programa Novos Talentos que possibilitou a abertura das universidades para a comunidade e outras ações para a formação continuada, tanto em comunidades indígenas e quilombolas, quanto em outras localidades. Alguns programas como o Pibid, o Residência Docente (programa que articulava escolas de educação básica) e o Observatório da Educação; sempre tiveram uma vertente extensionista. A extensão, na prática, não é utopia: é realidade possível e desejável, pois sou testemunha do quanto isso muda a qualidade de vida das pessoas, gera melhoria nos lugares e dá sentido social à própria ciência.

A Extensão é elemento indispensável na formação do estudante e na qualificação do professor, além de parte do tripé universitário, enquanto a inserção curricular preconiza o protagonismo estudantil na ação de extensão. Acha que a inserção curricular pode consolidar esse conceito?

A extensão é indispensável para o desenvolvimento profissional, em todas as áreas do conhecimento. O que se quer, exatamente, com a formação universitária? Não podemos formar um intelectual desvinculado do contexto social, tampouco um técnico que esteja preparado para lidar com os instrumentos de um campo do conhecimento, mas despreocupado com o impacto daquilo que ele faz para as pessoas que estão na sociedade, inclusive ele próprio. Ou seja, a formação não se resume a um saber ou a um fazer, apenas. A formação se dá por meio do envolvimento dos/das aprendizes em contextos

diversos de aprendizagem, necessários a complexificar o processo formativo e ampliar as possibilidades de interação com o mundo e com as pessoas. Uma formação com assepsia social não presta a ninguém, pois não alcança o que, de fato, precisamos: a melhoria da vida, em todas as suas dimensões e manifestações. Não gosto muito da metáfora do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Sei que ela tem sido muito utilizada, mas vejo problemas semânticos no termo. O tripé dá a ideia de três pernas separadas sustentando algo. Mas, precisamos avançar nessa leitura, pois quando o texto da Constituição Federal trata a indissociabilidade é porque, exatamente, quer que a separação não ocorra. A pesquisa deve ter componente formativos e extensionista; o ensino deve ter componente de investigação e de envolvimento com a comunidade e, a extensão deve ser problematizada pela busca do conhecimento em direção à formação profissional. Isso não se separa e qualquer tentativa de separação é atenta contra a Carta Magna. Mas, como fazer isso? Como, de fato, promover a indissociabilidade? Não é simples e nunca foi. O fazer extensionista sem a pesquisa e distante da formação é uma forma de assistência que não responde aos princípios da extensão; motivo pelo qual o Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX) tem trazido, permanentemente, essa discussão. As longas e acaloradas discussões que gestores e gestoras da extensão, educadores, pesquisadores e extensionistas realizaram e realizam sobre o desenvolvimento profissional levaram à proposição da inserção da extensão no processo formal da educação superior: o currículo. Esse, por sua vez, é lugar de disputa, mas uma disputa que não considerava, obrigatoriamente, os interesses da população externa à universidade. Mas, como fazer isso? Como democratizar o currículo, tornando-o mais abrangente, flexível e atualizado com os dilemas sociais? O modo como isso ocorreu foi pela extensão, oportunidade ímpar de flexibilizar – verdadeiramente –, o currículo. Foi assim que a inserção da extensão emergiu. Porém, emerge numa dinâmica que temos dificuldade de pensar, pois estamos formatados para pensar de forma fechada em disciplinas. A inserção da extensão nos Projetos Pedagógicos deveria vencer a lógica da disciplina e de seu *modus operandi*. Doutra modo, deveria ser a parte da liberdade formativa, mediada pedagogicamente pelo formador. A extensão, nesse sentido, pode consolidar uma formação mais arejada, mais compromissada com a realidade, mas concreta no contexto social e que leve à construção de conhecimentos com novo sentido social. Isso não será verificado numa “prova” ou num trabalho escolar. O processo vai muito além e exigirá de nós todo nosso conhecimento pedagógico para percebermos de que modo as práticas discursistas vão se ampliando para se adensarem em novos discursos “com a comunidade” e não “sobre a comunidade”. A extensão pode colaborar para consolidar uma nova formação, desde que ela não seja disciplinarizada e não se submeta à lógica formatada do currículo. É necessário a liberdade da ação, a possibilidade de novos diálogos, a compreensão de que

o conhecimento científico sozinho não transforma a sociedade, mas precisa, igualmente, ser transformado por ela. Mas, para isso é necessário que os momentos pedagógicos de formação sejam oportunizados no currículo. Talvez, nessa construção, chegaremos a um estágio tal que não se verá mais o que é ensino, o que é pesquisa e o que é extensão; pois tudo isso ocorrerá livremente em toda a formação de modo integrado e, verdadeiramente, indissociável.

O Brasil tem grandes desafios pela frente. Considera que a Extensão pode ser parte da solução dos problemas sociais do país?

O país precisa de um grande pacto para mudanças. Um pacto que envolva todas as pessoas, de todas as classes sociais, de todos os lugares e realidades. Infelizmente, promover esse pacto é, sim, uma utopia. Mas temos que tentar novos caminhos, novas experiências, novas formas, novas ações, nova formação.... Já concluímos que a modo de operação da formação dos profissionais no Brasil pode melhorar significativamente. Para isso, a ousadia pedagógica será necessária. E quer algo mais ousado, do ponto de vista do currículo, que inserir a extensão e trazer a comunidade para a formação de nossos profissionais? A extensão pode auxiliar para que tenhamos uma nova sociedade. Mas, não estou aqui afirmando que isso se dará apenas pela inserção curricular da extensão. A natureza extensionista tem que estar, permanentemente, em toda prática da política pública, ou seja, buscar a transformação social, por meio do conhecimento referenciado socialmente, é uma obrigação do estado e das instituições. A extensão, na medida que faz emergir os dilemas sociais e problematiza a formação profissional pode gerar um círculo virtuoso que retroalimentará novas compreensões sociais. Precisamos superar uma compreensão de mundo carregada de elitismos, de preconceitos, de insensibilidades e de convívios com a desigualdade. Porém, isso não é feito voluntariamente ou intuitivamente. Isso é pedagógico! É preciso que a educação seja, de fato, emancipatória e libertadora, mas para isso ela precisa ser, primeiro de tudo: democrática. Essa democracia se dará na medida em que trouxermos para a dinâmica da formação elementos oriundos do contexto da sociedade e em diálogo com ele (aqui entendido como as pessoas). Para isso, é necessário a extensão. Ela será uma potente oportunidade de mudança na trajetória da formação. Não nos deve interessar um advogado, um médico, um professor, um psicológico, um engenheiro... sem sensibilidade social. A humanidade precisa de todas essas profissões, mas precisa que elas sejam humanizadas em sua base. A extensão, sem dúvidas, pode auxiliar nessa humanização. Os dilemas do Brasil são muitos e para enfrentá-los, precisaremos de pessoas preparadas para isso. A extensão não é o único caminho, mas, sem dúvida nenhuma é um caminho possível e muito concreto de ser percorrido pelas instituições de ensino.

O financiamento da extensão universitária sempre foi uma reivindicação importante. Como o Forproex vai atuar nos próximos anos para garantir recursos que viabilizem a continuação de programas e projetos em todo o território nacional?

Um dos grandes desafios no Brasil, hoje, é o financiamento da educação. As condições objetivas de uma educação de qualidade ainda estão longe de serem alcançados. O FORPROEX tem se associado à diferentes entidades para mostrar os gestores e gestoras públicas que o Brasil está fadado ao fracasso sem uma educação de qualidade, em todos os níveis e em todas as vertentes. A extensão é uma ponta desse financiamento que tem sido afetada profundamente nos últimos anos. Infelizmente, as linhas de financiamento da extensão foram zeradas no atual governo federal. Darcy Ribeiro já dizia que a crise da educação não é uma crise e, sim, um projeto. Cada vez mais acredito nessa afirmação. Estamos diante de um projeto de nação que desconsidera a educação emancipatória, a liberdade do pensar e a educação popular. Porém, me alimento da esperança freiriana de que isso poderá mudar nos próximos anos. O FORPROEX tem atuado nessa mudança. Várias ações estão sendo realizadas. De um lado, a atuação histórica do fórum para que a perspectiva extensionista seja, de fato considerada, no currículo e na pesquisa. De outro, a atuação do fórum para mostrar aos órgãos gestores da educação pública que a extensão precisa de recursos e que não se faz extensão só com boa vontade. Extensão diz de um processo educativo, intencionalmente articulado. Para isso, a pauta do financiamento da extensão ganhou força no fórum. Dialogamos, permanentemente, com parlamentares, com diretores das fundações e com o Ministério da Educação. Este último, infelizmente, sem sucesso nesses quatro últimos anos. Mas, já começamos o diálogo com a equipe de transição e bateremos na porta do MEC em 2023. O sucesso das diretrizes da extensão está atrelado a esse movimento de captação de recursos, de busca de interlocução e de permanente vigilância. Esse é nosso papel e não vamos arredar o pé. Isso não é a pauta somente do FORPROEX e, sim, é a pauta da educação brasileira: a democratização do acesso. E isso se dá de várias formas, tanto da oferta de vagas no ensino superior e, ainda mais, no desdobramento que cada vaga ofertada tem quando leva o estudante ocupante dessa vaga a atuar conjuntamente com a comunidade acadêmica e extra-acadêmica. Já tivemos algumas investidas importantes que levaram ao lançamento de editais nos estados, porém, não se faz educação com edital. Ela é feita com fomento permanente do Estado. Essa é uma responsabilidade prevista da Constituição Brasileira e não abriremos mão de um fomento permanente, consistente e que abranja os projetos e programas estruturantes de extensão. O movimento político que o FORPROEX está fazendo ganhará, cada vez mais, nossa dedicação e energia, pois dele dependerá o sucesso da extensão, devidamente financiada e acompanhada.

Com toda a comunidade acadêmica atuando na extensão, como melhorar os mecanismos de avaliação das ações de extensão universitária?

A avaliação da extensão deve ocorrer por dois caminhos. De um lado a avaliação externa da extensão, a partir de mecanismos de verificação do impacto das atividades para a formação profissional e para a transformação social. Obviamente que os números da extensão são fundamentais, mas eles sozinhos não indicarão qualidade do que está sendo realizado. A avaliação externa, constante e responsável, é uma premissa do poder público, dos órgãos de fomento e das instituições associadas em rede. Os mecanismos dessa avaliação já estão estabelecidos e podem ser conduzidos por órgãos de controle e por grupos de pesquisa. Isso nos ajudará, inclusive, no melhoramento das rotas traçadas. Porém, é necessário também uma avaliação fina, permanente e institucional que ocorra internamente nas universidades, institutos, faculdades etc. Essa avaliação tem que considerar a apropriação discursiva dos estudantes a partir de seu envolvimento em ações de extensão. Igualmente deve considerar de que modo ocorre o protagonismo do estudante e da comunidade no desenvolvimento do projeto ou da ação, pois disso poderemos inferir modos de transformação social. Essa avaliação, por sua vez, é um dos grandes desafios: de que modo promovemos transformação social? Não dá para considerarmos que a extensão, por si só, já é a garantia dessa transformação. É necessário pensarmos etapas, planejarmos ações, organizarmos estratégias, sistematizarmos conhecimento, desenvolvermos fóruns com a comunidade para percebermos como isso tem colaborado para que todos nós passemos por essa transformação. Apenas destaque, aqui, que a transformação social não é apenas da comunidade que atuamos, é, antes de tudo, da própria instituição formadora. O melhoramento do processo de avaliação da extensão é uma perspectiva institucional e uma perspectiva de política de Estado, cuja preocupação deveria ser, sempre, como bem-estar social e o acesso populacional ao conhecimento e aos bens sociais.

Na UnB, esta Revista Participação é publicada desde 1997. Como podemos atuar para melhorar as avaliações da produção acadêmica da Extensão?

No Brasil afora, várias revistas têm sido criadas para a extensão. Elas têm uma importante função: garantir que as ações publicadas respondam aos princípios da extensão universitária. Para isso, é importante que elas observem, em cada publicação, se de fato estão dando espaço para os projetos de extensão. A revista da UnB e outros veículos são filtros pedagógicos importantes da extensão, pois, na medida que acolhem os projetos e as melhores experiências, mostram para nossa comunidade como as ações devem ser

desenhadas. Igualmente, são educativas quando mostram os limites de algumas propostas submetidas. Isso gera um movimento educativo importante em nossa comunidade acadêmica. Para isso, é importante que a revista tenha como “braços” a comunidade de extensionistas, responsável pela avaliação das propostas. Ao mesmo tempo, o periódico oferece a oportunidade de fazer uma prestação de contas para a própria sociedade, pois oportuniza o acesso ao conhecimento gerado e sistematizado, se tornando uma parte indispensável do processo. Tenho defendido que os periódicos de extensão recebam um tratamento adequado pelas instituições, pelos órgãos de fomento e pela comunidade científica, pois, sem eles, não fecharemos o ciclo do conhecimento, cujo valor está na apropriação dele e não no seu engavetamento.

Um dos desafios da Universidade moderna é a internacionalização. Qual é o papel da extensão?

A internacionalização é uma via de formação necessária ao mundo contemporâneo. No começo dessa reportagem eu afirmava que precisamos criar um círculo virtuoso que tenha na extensão a oportunidade de flexibilização curricular. A internacionalização é um caminho que colabora, substancialmente, para esse processo. A extensão tem discutido a criação de redes internacionais voltadas para interesses mútuos dos países e que amplie a atuação das instituições. A mesma questão posta para a educação brasileira, está posta em outros países: como formar pessoas capazes de modificar a realidade e ter sensibilidade social? Ou seja, a extensão não é uma característica nacional, tampouco uma prerrogativa de nossa formação. A despeito de cada país ter um sistema educativo, todos concordam que é necessária uma formação mais alinhada com as questões sociais. Quando eu atuei na Capes, tive a oportunidade de visitar alguns países e representar o Brasil em organizações internacionais, como a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Todos os países ligados à OEI eram unânimes: é preciso uma formação universitária mais social. A extensão em países da África, países do cone sul e países da América Latina e Caribe têm forte apelo e necessidade. Por isso, um dos avanços necessários é se estabelecer programas e projetos internacionais em que possamos envolver nossos estudantes e nossos extensionistas em outros contextos. Igualmente, promover interação de outros sujeitos no território brasileiro, a fim de conseguirmos compreender o conceito de “glocal”, ou seja, dos impactos das ações locais no global e vice-versa. Esse é um grande desafio de nosso tempo. Porém, algumas ações de extensão estão em movimento, como das instituições fronteiriças e instituições internacionais, caso particular da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Nesses casos, o papel da internacionalização ganha centralidade na medida que compreendemos que a interculturalidade é uma

necessidade e premissa extensionista para a ampliação do capital cultural dos sujeitos e para a ressignificação das práticas locais e regionais.

Desde 2017, a UnB atua no DF e Entorno por meio dos Polos de Extensão, em conjunto com a comunidade das cidades, de movimentos sociais, da sociedade civil e do poder público. Considera que essa territorialização é importante para a relação entre Universidade e Sociedade?

O território, na extensão, é um conceito central e presente em todos os documentos do FORPROEX. Incentivamos que a grandes experiências extensionistas ocorram no território, lugar da mudança, da interação, do diálogo, da percepção do contexto social e da vida cotidiana. É lá que queremos estar e atuar. Ter polos de extensão no território dá outro sentido para a extensão, pois renova seu sentido de ser. O território aponta para identidades regionais que são importantes marcas da população. E são essas marcar e identidades que queremos oportunizar acesso a nossos estudantes. Essa ocupação do território faz com que a universidade ganhe nova dimensão na sociedade, pois a própria instituição de ensino está no território. A ausência do diálogo dessa instituição com esse lugar de pertencimento mata a universidade em seu próprio isolamento. Considero indispensável essa atuação no território para que a universidade ganhe sentido social, sem a qual ela não mereceria sequer existir.

Uma das funções dos Polos é receber demandas sociais da comunidade. Acha que a Universidade tem condições para auxiliar na elaboração de políticas públicas mais conectadas com o povo, por conta dessa participação?

O ciclo de qualquer política pública deveria considerar a demanda da comunidade. Infelizmente, tenho visto que muitas políticas públicas são construídas por ideologias pessoais, moralidades e aspectos que diz da vida privada e não públicas. Ouvir a comunidade não é um adicional da construção da política e, sim, um princípio democrático. Como existir democrática sem que as pessoas participem? Por isso mesmo, as instituições de ensino superior, como lugares da democracia, devem criar condições de participação da população. Porém, a população não percorrerá os caminhos se eles não forem criados. Os polos, os fóruns e o controle social são lugares para que se construam participação popular. Nisso, acredito no sucesso da atuação da UnB que promove o diálogo nesses locais. Desse diálogo podem resultar ações e proposições que ultrapassem os limites de um território e se transformem em políticas regionais e nacionais. Novamente, a importância da veiculação dessas informações e do resultado das ações com apontamentos assertivos sobre

como o poder público poder atuar naquela situação. A Universidade tem um grande papel nessa construção e, para isso, sair de seu lugar de detentora do conhecimento, colaborar para que haja novos caminhos a serem percorridos pelos elaboradores dessas políticas. Os fóruns e polos podem ser lugares de encontros, de diálogo, de reflexões e de resistências, pois queremos políticas que olhem todas as pessoas sem exceção.

A presencialidade é fundamental para o exercício da extensão, mas a pandemia da Covid-19 forçou as ações a acontecerem de forma remota. Esse problema está superado, mas você enxerga novas possibilidades de diálogo entre a Universidade e a sociedade?

A extensão tem na presencialidade um valor inegável. Infelizmente ainda vivemos uma pandemia que nos afastou do presencial. Nos estudos que o FORPROEX fez, percebemos que os grupos vulneráveis que têm dificuldade aos meios de comunicação que possibilitaram atividades remotas foram prejudicados. O Brasil é um país desigual e as pessoas não têm as mesmas condições. Os modos remotos, ainda que importantes, não são inclusivos e precisam ser utilizados com parcimônia na extensão. Nossa pauta continua sendo presencial, ainda que tenhamos que lançar mão desses mecanismos vez ou outras. A pandemia foi acusatória, ou seja, mostrou o quanto as tecnologias de informação e comunicação ainda estão restritas a uma porção da população. Obviamente, nos adaptamos durante a pandemias, mas a recomendação do FORPROEX é que voltemos fortemente ao presencial e que oportunizemos a participação das pessoas de modo equilibrado e equitativo. Por certo, podemos colher as demandas sociais por meios tecnológicos, mas, ainda mais podemos fazê-la com a comunidade estabelecendo relações proximais, vivenciais e presenciais no âmbito dos polos em momentos criados para este fim.